**Estatuto da Criança e do Adolescente - Pai preso -
Direito de visita em penitenciária - Desejo da
menor - Acompanhamento da representante
legal e monitoramento do serviço social - Direito
de convivência familiar - Satisfação integral dos
direitos da adolescente - Medida que se impõe**

Ementa: Criança e adolescente. Direito de visita. Pai preso. Medidas de proteção destinadas a resguardar o menor. Direito à convivência familiar. Doutrina da proteção integral.

- O princípio da proteção integral impõe que o Estado, a família e a sociedade assegurem a efetivação plena e unitária de todos os direitos fundamentais da criança e do adolescente, dentre os quais, além do direito de ser resguardado de situações com potencial para impingir violência psicofísica ao menor, também resta abarcado o direito à convivência familiar.

- Num primeiro momento, não se mostra em descompasso com o princípio da proteção integral a simples autorização de visita ao pai que está cumprindo pena em estabelecimento prisional, mormente quando condicionada ao acompanhamento do representante legal e ao monitoramento do serviço social respectivo.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0439.13.000865-9/001 - Comarca de Muriaé - Apelante: Ministério Público do Estado de Minas Gerais - Apelada: P.C.M., assistida pela mãe - Relatora: DES.ª SELMA MARQUES

Acórdão

Vistos etc., acorda, em Turma, a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2013. - *Selma Marques* - Relatora.

Notas taquigráficas

DES.ª SELMA MARQUES - Cuida-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra r. sentença de f. 15/17, que deferiu o pedido de autorização de visita social em estabelecimento prisional onde se encontra encarcerado J.C.M., veiculado no processo instaurado pela menor P.C.M., devidamente representada por sua mãe, Sr.ª R.A.P.

Inconformado, f. 19/24, afirma o MP que a visitação autorizada traz potencialidade necessária para causar à requerente dano psicológico irreparável ou de difícil reparação, sem levar em consideração as hostilidades inerentes ao local, sujeito a violências e riscos de todas as espécies.

Anota que a autorização concedida vai de encontro ao disposto nos arts. 5º, 18, e 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente, não podendo o direito de visitas estabelecido no art. 41, X, da Lei 7.210/84 ser tomado como absoluto.

Ressalta que, malgrado a convivência familiar seja importante e necessária para a adolescente, podendo até mesmo sua falta causar reflexos psicológicos negativos, não se pode descuidar que a vivência na realidade brutal e imprópria das casas prisionais com muito mais propriedade pode vir a ferir sua dignidade.

Resposta às f. 27/33.

Às f. 41/46 opina a i. Procuradoria de Justiça pelo desprovimento do recurso.

Presentes os requisitos legais, admito o apelo.

Pois bem.

O art. 227 da CR-88, assim como os arts. 5º, 18 e 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que vêm pautando os debates travados, estabelecem:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

[...]

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

[...]

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Diante dos dispositivos mencionados, resta nítida a importância de se conferir efetividade à determinação de origem genuinamente constitucional, com destinatário amplo, família, sociedade e Estado, atinente à obrigação de se colocar a criança e o adolescente a salvo de toda forma de violência, prevenindo situações que possam trazer qualquer abalo à integridade física ou moral do infante.

Nesse viés, por certo, destacam-se dois princípios, quais sejam o princípio da proteção integral e o do respeito à peculiar situação de desenvolvimento.

No tocante ao primeiro, pode-se dizer que se trata de norma destinada a conferir a máxima proteção possível à integralidade dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, que devem ser assegurados como um todo unitário e independente, no intuito de se alcançar uma proteção plena.

Pela segunda norma se reconhece que a criança e o adolescente, por estarem em fase de desenvolvimento, têm uma condição peculiar em relação aos adultos, que obriga, assim, “a conformação de um sistema especial de proteção de seus direitos” (MACHADO, Martha de Toledo. *Direito da infância e da juventude*. In: NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano (Coordenador). *Manual de direitos difusos*. São Paulo: Verbatim, 2009, p. 152).

Aos dois princípios aludidos conjuga-se o da prioridade absoluta no que diz respeito à efetivação dos direitos da criança e do adolescente, que, em caso de confronto, devem preceder a qualquer outro.

Esse é o contexto normativo sobre o qual deve ser solvido o caso atinente ao pedido, formulado pela menor, já com dezesseis anos de idade, para que possa realizar visitas ao seu pai, que cumpre pena na Penitenciária Dr. Manoel Lisboa Júnior, desde o dia 19.12.2012, f. 12.

No caso em espeque, sendo fato notório que os presídios implicam um ambiente hostil, entram inequivocamente em choque dois direitos da parte autora.

Por uma ótica, deve a menor estar a salvo de toda forma de exposição a situações que possam implicar risco de violência para sua integridade física ou moral, por outro lado, ela também é titular do direito à convivência familiar com seu pai.

Note-se, ainda, que o direito à convivência familiar, em face da prioridade absoluta dos interesses da criança e do adolescente, nem sequer é encarado na ótica do apenado, que, pelo art. 41, X, da Lei 7.210/84, tem direito de receber visitas de seus familiares, dentre os quais, por óbvio, a filha.

O direito à convivência familiar é enfatizado na perspectiva da adolescente, art. 227 da Constituição Federal e art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por isso, a despeito das implicações que a condenação criminal tem no poder familiar, não se pode negar que persiste íntegra a relação de filiação, sendo perfeitamente compreensível que queira a menor manter contato com seu pai.

Por isso, resta configurada a impossibilidade fático-jurídica de se observar, sem qualquer flexibilização, o princípio da proteção integral da autora, na medida em que é inviável satisfazer, de forma concomitante, como um todo unitário e integral, tanto o direito à absoluta preservação de qualquer risco de violência psicofísica como o direito da convivência familiar. Isso porque, enquanto aquele, por si só, obstará a visita a locais como estabelecimentos prisionais, este último, decerto, num primeiro momento, abarca a manutenção dos contatos com a figura paterna, ainda que preso o genitor.

De grande valia na solução da questão apresentada é a condição de pessoa em formação, em desenvolvimento, da adolescente que já está quase atingindo a idade adulta, de forma que sua vontade de conviver com o pai deve sim ser levada em consideração, desde que, é claro, observada a necessidade de prioridade absoluta na satisfação de seus interesses.

Assim, para que fosse afastado o direito de visitas desejado pela menor, seria necessário que o Ministério Público apresentasse algum elemento concreto que, para além da hostilidade que é ínsita ao ambiente penitenciário, tornasse especificamente temerária a presença da autora no local.

Todavia, além de não ter sido apresentada qualquer circunstância nesse sentido, tal qual a alta suscetibilidade a rebeliões no presídio onde deverá ocorrer a visita, não se podem olvidar os cuidados tomados pelo i. Magistrado sentenciante, que, ao autorizar as visitas, determinou, além da necessidade de estar a apelada acompanhada pela representante legal, que elas sejam monitoradas pelo Serviço Social do estabelecimento prisional, devendo ser imediatamente comunicado ao Juízo qualquer fato relevante.

Assim, num primeiro momento e ressalvados fatos extraordinários, a tentativa de se manter a satisfação integral dos direitos da adolescente comporta a autorização para visitas ao pai preso, uma vez que, se tal situação, para além das circunstâncias ínsitas ao estabelecimento prisional, tiver a potencialidade para gerar risco além do tolerável para a menor, já em avançada fase de formação, diante da prioridade absoluta de seus interesses, deverá ser vedada tal possibilidade.

Nesse sentido, ademais, dispôs o parecer da i. Procuradoria de Justiça:

Ademais, não se pode perder de vista que privar a apelada do direito à convivência familiar vai de encontro ao princípio do melhor interesse da adolescente, o qual deve nortear as decisões que envolva o interesse de menores.

Assim, do atento exame do feito, não vislumbro qualquer justificativa razoável para impedir a visita da filha adolescente ao genitor que se encontra cumprindo pena em penitenciária estadual, até porque as visitas ocorrerão com o acompanhamento da representante legal da menor e com estreita observância das regras de visitação da instituição prisional, a qual se responsabilizará pela segurança objetiva dos visitantes (f. 46).

Mediante tais considerações, nego provimento ao recurso.

Sem custas.

É como voto.

DES. CORRÊA JUNIOR - De acordo com a Relatora.

DES. EDILSON FERNANDES - De acordo com a Relatora.

Súmula - NEGAR PROVIMENTO.